

Aluno sob pressão deve ir à Justiça, diz MEC

Os alunos que estão sendo impedidos de assistir aulas, ou recebendo falta por negarem a pagar a mensalidade do mês de março, devem reclamar à Delegacia Regional do Ministério da Educação em São Paulo. A orientação é do próprio diretor de Supervisão e Controle da delegacia, Waldir Pereira Gomes: "Se a instituição não entrar em acordo com a delegacia, os alunos devem recorrer à Justiça".

Ontem à tarde, Pereira Gomes recebeu uma comissão de alunos de Engenharia da Faculdade São Judas Tadeu, que está registrando falta, desde o dia 14, para os alunos em débito com a mensalidade de março.

Também na Faculdade São Camilo os alunos estão ameaçados. Ontem, circulou na instituição um documento avisando: "Conforme disposto no artigo 80 do regimento da faculdade estão impedidos de participar de aulas, estágios e demais atividades curriculares os alunos em débito".

Nos dois casos, o atraso dos pagamentos se deve ao mesmo motivo: o valor das mensalidades do mês de março superou as previsões de aumento dos alunos, que alegam não ter como pagar.

O curso de Engenharia da São Judas aumentou de Cz\$ 5.740,00 (dezembro de 1987) para Cz\$ 13.364,00, em março; e chegará a Cz\$ 18.041,00 em maio. Em protesto na noite de ontem, cerca de 450 alunos devolveram seus carnês à tesouraria, junto com uma carta pedindo a reformulação das mensalidades.

Também inconformados por terem de pagar a quantia de Cz\$ 19.750,00 este mês (em fevereiro a prestação era Cz\$ 8.000,00), alunos do 2º ano do curso de Fonoaudiologia da São Camilo dizem que vão manter o boicote e já estão consultando advogado.

Na Faculdade de Odontologia da Organização Santamarense de Educação e Cultura (Osec), os alunos terão de pagar em abril Cz\$ 34

mil, "400% a mais do que pagamos pela mensalidade de janeiro". Estudantes dos cursos de Letras, Educação Artística, Geografia e Pedagogia da Faculdade de Araras, no interior de São Paulo, consideram "um abuso" o aumento. Em dezembro de 87 pagavam Cz\$ 2.190,00 e em março Cz\$ 8.380,00. Eles dizem que "a faculdade não oferece infra-estrutura que justifique cobrar esse valor". Tanto o índice da Osec como o da Faculdade de Araras foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

Além de representantes da São Judas, também alunos da Osec, da Faculdade de Araras, da Universidade de São Francisco, de Bragança Paulista e Faculdade de São Carlos procuraram a delegacia regional do MEC para denunciar o "preço abusivo das mensalidades". Segundo o professor Nelson Boni, os estudantes têm sido orientados a encaminhar suas queixas documentadas ao Conselho Federal de Educação.